

A GUERRA ENTRE A ETIÓPIA E A ERITREIA

Beatriz Maria Soares Pontes¹

Resumo

O presente trabalho tem por objetivo efetuar um estudo sobre o conflito fronteiriço ocorrido entre a Etiópia e a Eritreia. De início, é discutida a diferença entre os conceitos de limite e fronteira. Em seguida, são analisadas as histórias recentes tanto da Etiópia, quanto da Eritreia. Na sequência, é levada a termo uma reflexão sobre o conflito fronteiriço que se verificou entre os dois países, do Chifre da África. Após duas décadas de lutas, em face da questão fronteiriça, ocorreu a assinatura de um Acordo de Paz, celebrado no dia 09 de julho de 2018, entre a Etiópia e a Eritreia. Entretanto, após a assinatura do aludido Acordo de Paz, observou-se que as passagens na fronteira entre a Etiópia e a Eritreia foram fechadas. Analistas suspeitam que a Eritreia que tem controle, praticamente completo, sobre seus cidadãos, está protelando o aludido Acordo, devido a temores referentes a reformas mais amplas, em seu país.

Palavras-chave: Conflito Fronteiriço, Eritreia, Etiópia.

La guerra entre Etiopía y Eritrea

Resumen

Este trabajo tiene como objetivo realizar un estudio sobre el conflicto fronterizo ocurrido entre Etiopía y Eritrea. Inicialmente, se discute la diferencia entre los conceptos de límite y frontera. A continuación, son analizadas las historias recientes tanto de Etiopía como de Eritrea. Después, es desarrollada una reflexión sobre el conflicto fronterizo que se ha verificado entre los dos países del Cuerno de África. Tras dos décadas de luchas debido a la cuestión de la frontera, se firmó un Acuerdo de Paz, celebrado el 09 de julio de 2018 entre Etiopía y Eritrea. Sin embargo, después de la firma del mencionado Acuerdo de Paz, se ha observado que los pasajes en la frontera entre los dos países han sido cerradas. Analistas sospechan que Eritrea, que detiene el control prácticamente completo sobre sus ciudadanos, está aplazando el cumplimiento de dicho Acuerdo debido a los temores referentes a reformas más amplias en su país.

Palabras clave: Conflicto fronterizo, Eritrea, Etiopía.

Introdução

É princípio corrente do Direito Internacional que a expansão física do Estado deve respeitar o direito dos demais Estados, compreendendo seu território, uma superfície de terra que termina no território de outro Estado. Esta superfície de terra é, portanto, determinada por um conjunto de linhas divisórias chamadas de limites, dentro das quais o Estado exerce as competências que lhe são próprias.

Se a dimensão geográfica dos Estados fosse única, nenhum problema haveria na sua delimitação e seriam simples as regras sobre suas fronteiras. Ocorre que, os espaços pertencentes ao domínio territorial dos Estados são plurais, ficando assim, difícil a tarefa atinente à sua exata delimitação. Não foram poucos os conflitos armados nascidos em decorrência de problemas relativos à demarcação ou retificação de fronteiras, assim como também, não foram poucas as vidas humanas perdidas em virtude de problemas territoriais. Assim, o Direito Internacional Público deve estabelecer regras jurídicas na tentativa de

¹ Livre-Docente pela UNESP (2008) e Profa. Titular aposentada da UFRN.

resolução desse problema, as quais devem ser estudadas pelo internacionalista. Frise-se que a Convenção de Viena, sobre o Direito dos Tratados de 1969, estabelece no seu Artigo 62, § 2º, Alínea a, que uma mudança fundamental de circunstâncias não pode ser invocada pela parte como causa para extinguir um Tratado ou dele se retirar se o Tratado estabelecer limites. O direito interno de vários Estados acabou sendo influenciado por normas dessa natureza, fazendo inserir nas suas respectivas Constituições, regras similares à da Convenção de Viena de 1969, no sentido de não se admitir a extinção desses Tratados, em caso de mudança fundamental das circunstâncias entre os Estados-Partes.

Apesar de serem os termos fronteiras e limites utilizados quase que indiscriminadamente entre nós e, inclusive, na prática das relações internacionais, tecnicamente há nítida diferença entre ambos. Os limites são as linhas divisórias ou de separação que definem, geometricamente, a extensão precisa do território do Estado. As fronteiras, por sua vez, são zonas espaciais bem menos precisas que os limites, de maior ou menor extensão, que correspondem a cada lado da linha estabelecida pelos limites geográficos dos Estados. Mais, do que linhas divisórias, as fronteiras são zonas que cristalizam os costumes sociais, econômicos e culturais das coletividades nacionais, representando, muitas vezes, o produto da força do meio natural em que vive determinada coletividade. Tratam-se das faixas que contornam o território do Estado e, que se estendem até a sequência de pontos formadores de linhas, chamadas de limites. Sob uma ótica mais objetiva e menos meta-jurídica, poder-se-ia entender as fronteiras como sendo naturais, dependentes de definição métrica estabelecida por meio dos limites.

As fronteiras estatais têm, não só relevância interna, como também, grande importância internacional, porque representam um fator de paz entre os Estados, bem como pelo fato de serem nelas que os Estados limítrofes empreendem colaboração internacional e trocam serviços administrativos. Ademais, são nas áreas de fronteiras que se encontram as autoridades alfandegárias e de polícia migratória, que garantem maior segurança entre os Estados, no que tange às suas relações mútuas. Os Estados dos confinantes devem estabelecer, em comum, as suas fronteiras. A Constituição brasileira de 1988 diz caber ao Congresso Nacional, com a sanção do Presidente da República, dispor sobre todas as matérias de competência da União, especialmente, sobre limites do território nacional, espaço aéreo e marítimo e bens do domínio da União.

Os limites estatais podem ser naturais e/ou artificiais. Os primeiros acompanham os limites físicos do território e, correspondem a determinados acidentes geográficos naturais, como rios, lagos, montanhas e vales, os quais se apresentam pertinentes a demarcar um território, tendo a enorme vantagem de torna-los visivelmente conhecíveis para quem os utiliza. Tais limites podem, também, ser eleitos por meio de Tratado celebrado entre os

Estados fronteiriços. Os segundos, são as linhas chamadas geodésicas, que são sempre convencionais e correspondem àquilo que foi fixado pelos Estados fronteiriços no Tratado sobre fronteira, concluído entre ambos. Tal é o que ocorre no limite entre o Canadá e os EUA, assim como em quase toda a África. Tais limites podem ser materiais, quando fixados por marcos físicos, boias, postes, balizas, etc.; matemáticos, quando delimitados, normalmente, por graus (são as chamadas fronteiras invisíveis do Estado, de que é exemplo o limite que separa a Coreia do Norte da Coreia do Sul, cortado por um Paralelo de 38º); astronômicos, quando seguem uma linha astronômica, como um Meridiano ou Paralelo, isto é, longitude ou latitude; geométricos, quando representado por qualquer linha geodésica, como retas, arcos de círculo, etc., sem atenção a meridianos ou paralelos; ou convencionais, quando simplesmente segue um traço arbitrariamente escolhido. Em geral, como observa Acioly, os Estados preferem utilizar como limites os traços físicos do solo, só recorrendo às linhas, puramente artificiais, quando, nos seus confins, não encontram acidentes naturais ou quando devem definir convencionalmente os limites em terreno inexplorado.

Não basta descrever os limites, normalmente em Tratados ou Convenções. É necessário mais. Além de descrevê-los é necessário, ainda, executar, *in loco*, no terreno limítrofe entre os Estados, aquilo que ficara anteriormente estabelecido. A esta execução dá-se o nome de demarcação, assim entendida a operação *in loco*, destinada a assinalar, precisamente, no próprio terreno dos Estados limítrofes, a linha divisória que os separa. Os parâmetros modernos para demarcação de fronteiras são normalmente estabelecidos por comissões técnicas, compostas por peritos dos países limítrofes, cujos trabalhos constam de atas, relatórios e laudos e, são indicados em mapas. Nada impede que o método também seja posto em virtude de prévio compromisso arbitral entre os dois países. Os pontos normalmente a serem considerados são de duas ordens: a) se já existem limites definidos entre os Estados, basta a sua restauração, se os mesmos constam de documentação confiável; b) mas, se não existirem tais limites, será necessário criá-los, por meio de novas linhas de demarcação. A validade do resultado final da demarcação - quando então esta será considerada definitiva - depende da aprovação dos trabalhos dos peritos pelos governos dos Estados fronteiriços em causa, sendo certo que a partir desse momento passam os marcos estabelecidos a serem obrigatórios, devendo ser respeitados por esses mesmos Estados.

No que tange às fronteiras naturais, as mesmas se fixam de acordo com os acidentes geográficos da natureza, variando as fórmulas utilizadas pelo Direito Internacional para sua demarcação, conforme aqueles acidentes sejam montanhas, rios ou lagos. Algumas regras, portanto, merecem ser analisadas a seguir.

Quando os limites estatais são formados por uma cadeia de montanhas, uma serra, um monte ou por uma cordilheira, duas soluções podem ser adotadas. A primeira, consiste em passar uma linha divisória imaginária pela sua crista ou pelo seu cume, ligando os pontos mais altos, como no caso da fronteira indo-tibetana. Na segunda modalidade, o traçado da fronteira segue a linha do divisor de águas, também, chamada de partilha das águas ou *divortium aquarium*, situado entre duas bacias hidrográficas. Neste caso, a partilha ocorre na linha onde as águas da chuva se repartem, escoando por um ou outro lado da montanha ou cordilheira, tal como ocorre na fronteira ítalo-francesa, estabelecida pelo Tratado de Turim de 1860. Este é o método mais preciso e que oferece maior facilidade à demarcação, como atestou a questão entre o Chile e a Argentina sobre a Cordilheira dos Andes, bem como as divisas montanhosas entre o Brasil, Venezuela, Colômbia e Peru. Entre nós, só foi adotada a linha das cristas ou cumeadas, no caso das fronteiras com o Paraguai, Argentina e, de certo modo, com o Uruguai. De resto, o Brasil sempre seguiu o critério do divisor de águas, que é, aliás, o mais geralmente utilizado.

Quando o limite é representado por rios, o problema é ainda, mais complexo, eis que podem existir diversas situações diferentes como: a) pertencer o rio, inteiramente, a um dos Estados ribeirinhos, passando a linha divisória da fronteira pela margem oposta; b) pertencer o rio, em condomínio, a ambos os Estados, pertencendo em diviso e, ainda; c) passar a linha divisória entre os Estados pelo meio do rio, dividindo-o em duas partes. A hipótese mais comum é, certamente, esta última: passa-se a linha divisória entre os Estados pelo meio do rio, dividindo-o em duas partes, remanescendo as duas primeiras hipóteses, apenas, como exemplos históricos, ou pelo menos, cada vez mais raros de ocorrer. O critério da linha da equidistância foi o utilizado entre o Brasil e a Bolívia, em relação à divisão dos rios Guaporé, Mamoré e Madeira.

Quando o rio for navegável, a linha divisória entre os Estados fronteiriços deve passar pelo seu talvegue, isto é, pelo eixo de seu canal principal ou mais profundo. Trata-se do processo mais conhecido de determinação de fronteiras. Essa expressão de origem alemã (*talweg*) é, às vezes, traduzida como caminho do Vale; outros entendem que Tal, no sentido de vale, não pode integrar a expressão talvegue, devendo o Tal ser entendido como jusante; outros, ainda, o entendem como Tiefe ou profundidade. Assim, deveria a expressão ser entendida como caminho ou linha da profundidade. O talvegue diferencia-se da linha mediana fluvial, eis que designa o caminho principal, seguido pelos navios de maior porte ao descer o rio, sendo a linha média da sua corrente.

Quando o rio não for navegável, o limite é encontrado na linha da meia distância ou linha mediana fluvial, isto é, pela linha imaginária que divide, geometricamente e, longitudinalmente, o rio em partes equidistantes das duas margens.

Neste caso, por inexistir outra técnica, o que irá vigorar será a divisão pela metade do curso d'água. Havendo alterações no curso do rio, seguindo-se as mesmas regras comentadas acima, servindo o talvegue do rio ou a linha mediana fluvial, como limites fronteiriços, conforme seja o rio navegável ou não navegável. Esse método, ainda, merece o aplauso de vários internacionalistas, tendo sido também o adotado pelo Instituto Americano de Direito Internacional, com aplicação nos Tratados que puseram fim à Primeira Guerra Mundial.

Havendo uma ponte sobre um rio contíguo, considera-se como limite divisório, o meio da ponte, não importando o curso do seu talvegue, ou linha mediana fluvial, os quais não poderão corresponder, exatamente, à linha mediana do rio.

Como se sabe, na configuração geográfica de qualquer rio, aparecem inúmeros defeitos, fazendo com que a opção por um dos critérios estudados acima, às vezes, não dê resultado. Daí o papel que os Tratados Internacionais demarcadores de fronteiras ainda têm nesta sede, não se podendo falar, serem eles uma espécie em extinção.

A República da Eritreia

A Eritreia é um país localizado no Chifre da África. Sua capital é Asmara. Faz fronteira com o Sudão a Oeste, a Etiópia ao Sul, e o Djibuti a Sudeste. As partes Nordeste e Leste da Eritreia têm um extenso litoral, ao longo do Mar Vermelho, tendo na outra margem a Arábia Saudita e o Iêmen. O arquipélago de Dalaque e as ilhas Hamish, também, fazem parte da Eritreia.

O país tem uma área total de 117.600 km² que inclui o arquipélago de Dalaque e as ilhas Hamish. Apresenta uma população estimada em cerca de 5 milhões de habitantes.

O relevo da faixa costeira constitui uma planície estreita. No Oeste há um planalto, cujas altitudes variam entre 1.830 e 2.440 metros. No Sudoeste, encontra-se a depressão de Denakil, onde são registradas algumas das temperaturas mais altas do planeta. O Sul abrange prolongamentos do maciço da Etiópia.

Os principais rios são o Barka, o Anseba, o Gash e o Tekeza. O clima é tropical, com chuvas distribuídas de forma irregular: quase não ocorrem na costa, são moderadas nas montanhas e abundantes no planalto.

Secas prolongadas e a guerra pela independência contra a Etiópia arrasaram a economia da Eritreia, que depende de ajuda internacional. Cultivam-se trigo, milho, painço, milho-sorgo, cevada e batata. Criam-se bovinos, ovinos, caprinos, aves e camelos. Praticam-se, também, a extração de lenha das florestas e a pesca marítima. Há reservas de calcário, sal, granito, basalto, mármore, ouro, zinco, ferro, magnésio, potássio, cobre e petróleo. A indústria restringe-se à produção de cimento e alimentos.

Aspectos Históricos Recentes. Em 1890, a Itália estabeleceu a Colônia da Eritreia com as fronteiras correntes do país, dando-lhe o antigo nome latino do Mar Vermelho: *Mare Erythraeum*. O colonialismo italiano permaneceu até 1942, quando os referidos a perderam, durante a Segunda Guerra Mundial e, o Reino Unido passou a administrar a Eritreia, como seu protetorado.

Devido à pressão das potências ocidentais e aos seus interesses na região, a ONU decidiu, em 1952, promover uma Federação entre a Eritreia e o Reino da Etiópia. Os EUA estabeleceram uma base militar na capital da Eritreia, com a permissão do Imperador Haile Selassie. Em 1961, o Imperador declarou a Federação cancelada e fez da Eritreia uma província da Etiópia. Isto marcou o começo da luta de 30 anos pela independência da Eritreia. A luta foi dominada, nas décadas de 1960 e 1970 por uma guerrilha conservadora e muçulmana chamada FLE (Frente pela Libertação da Eritreia), com o apoio de países árabes contra o monarca cristão e pró-americano, da Etiópia. Em 1974, a Etiópia passou por uma Revolução Comunista, trocando o apoio dos EUA e do Ocidente pelo da União Soviética e do Oriente. Culminou, também, o conflito interno entre os grupos eritreus que preferiram a guerrilha conservadora muçulmana da FLE, de um lado e a nova guerrilha marxista da FLPE (Frente pela Libertação do Povo Eritreu). A maior parte do apoio pelo último grupo veio dos cidadãos eritreus exilados e, terminou vencendo a luta interna, levando o país a sua independência em 24 de maio de 1991 (militarmente, recebendo reconhecimento internacional, depois de um plebiscito pela ONU, em 1983). Com a cooperação da FPLE, uma coligação de guerrilhas da Etiópia, conseguiram, também, derrotar o governo comunista e reconhecer a independência da Eritreia.

Depois de 5 anos de paz, entre a Eritreia e a Etiópia, os dois países entraram num novo conflito que durou de 1998 até 2000, desta vez, por razões fronteiriças. A Corte Permanente de Arbitragem, em Haia, determinou de novo, uma interpretação dos Acordos, muito detalhados e quase centenários, datado da época colonial, sobre a fronteira, chegando a uma decisão em abril de 2002, aceita pela Eritreia, mas, não aceita pela Etiópia. Portanto, a ameaça de guerra ainda persistia e a fronteira era patrulhada pelos Capacetes Azuis.

Em 09 de julho de 2018, o Presidente da Eritreia e o Primeiro-Ministro etíope, formalizaram um Acordo de Paz, depois de 20 anos de conflito fronteiriço entre os dois países.

A Eritreia é, ainda, um Estado autoritário unipartidário, governado pela Frente Popular por Democracia e Justiça (FPDJ). Outros grupos políticos não estão autorizados a se organizarem, embora a não implementada Constituição de 1997 tenha previsto a existência de uma política pluripartidária. A Assembleia Nacional tem 150 acentos, dos quais

75 são ocupados pela FPDJ. As eleições nacionais têm sido periodicamente, agendadas e, posteriormente, canceladas; nunca houve eleições no país. Fontes locais independentes sobre as políticas domésticas eritreias são escassas; pois em setembro de 2001, o governo encerrou as atividades de todas as empresas privadas da nação, e críticos do governo e da imprensa foram presos e detidos sem julgamento, de acordo com vários observadores internacionais, incluindo a Human Rights Watch e a Anistia Internacional. Em 2004, o Departamento de Estado dos EUA declarou a Eritreia um País de Preocupações Específicas (PPE) pela sua intensa perseguição religiosa.

As eleições nacionais eritreias foram anunciadas para serem realizadas em 1995 e, depois adiadas até 2000; foi, então, decidido que, tendo em vista que 20% das terras da Eritreia estava sob ocupação, as eleições seriam adiadas até a resolução do conflito com a Etiópia. No entanto, as eleições locais continuaram na Eritreia. As mais recentes eleições locais foram realizadas em maio de 2004.

A Comissão Eleitoral está a lidar com estas eleições, desta vez, de modo que tenha um novo elemento neste processo. A Assembleia Nacional também encarregou a Comissão Eleitoral para definir a data para as eleições nacionais. Isto não depende das eleições regionais.

A Eritreia é membro da União Africana (UA), organismo sucessor da Organização da Unidade Africana (OUA), e membro observador da Liga Árabe. Porém, o país afastou sua representatividade na União Africana (UA) em protesto à falta de liderança na implementação da demarcação da fronteira entre a Eritreia e a Etiópia.

A relação da Eritreia com os EUA é complicada. Embora as duas nações tenham relações próximas de trabalho na atual guerra contra o terrorismo, tem havido uma crescente tensão em outras áreas. Nos últimos 3 anos, a relação da Eritreia com a Itália e a União Europeia tornou-se, igualmente, tensa em muitas áreas.

A Eritreia também tem tensas relações com todos os seus vizinhos: Sudão, Etiópia, Iêmen, Somália e Djibuti. Em 2007, a Etiópia expulsou 7 diplomatas noruegueses, alegando que a Noruega financiava o exército eritreu.

A Eritreia quebrou relações diplomáticas com o Sudão, em dezembro de 1994. Esta ação foi tomada, após um longo período de crescentes tensões entre os dois países, devido a uma série de incidentes transfronteiriços, envolvendo o Jihad Islâmico Eritreu (JIE). Embora os ataques não representem uma ameaça para a estabilidade do governo da Eritreia (os infiltrados, geralmente, têm sido mortos ou capturados pelas forças do governo), os eritreus acreditavam que a Frente Islâmica Nacional (FIN), de Cartum, pudesse ajudar, treinar e armar os insurgentes. Após vários meses de negociações com os sudaneses, para tentar terminar as incursões, o governo da Eritreia concluiu que a FIN não tinha a intenção

de mudar sua política e rompeu relações com o país. Posteriormente, o governo eritreu organizou uma Conferência de Líderes da Oposição do governo do Sudão, em junho de 1995, no esforço de ajudar a oposição a se unir e oferecer uma alternativa aceitável ao atual governo de Cartum. A Eritreia retomou as relações diplomáticas com o Sudão em 10 de dezembro de 2005. Desde então, o Sudão acusou a Eritreia, junto com o Chade de apoiar os rebeldes.

A fronteira não delineada com o Sudão representa um problema para as relações exteriores da Eritreia.

Uma delegação de alto nível do Ministério de Assuntos Exteriores da Eritreia com o Sudão foi normalizada. A Eritreia foi reconhecida como uma mediadora da paz entre facções separatistas da Guerra Civil sudanesa. É sabido que a Eritreia desempenhou um papel de trazer um acordo de paz entre os sudaneses do Sul e o governo, enquanto o governo sudanês e a Frente Leste têm requisitado à Eritreia para mediar negociações de paz.

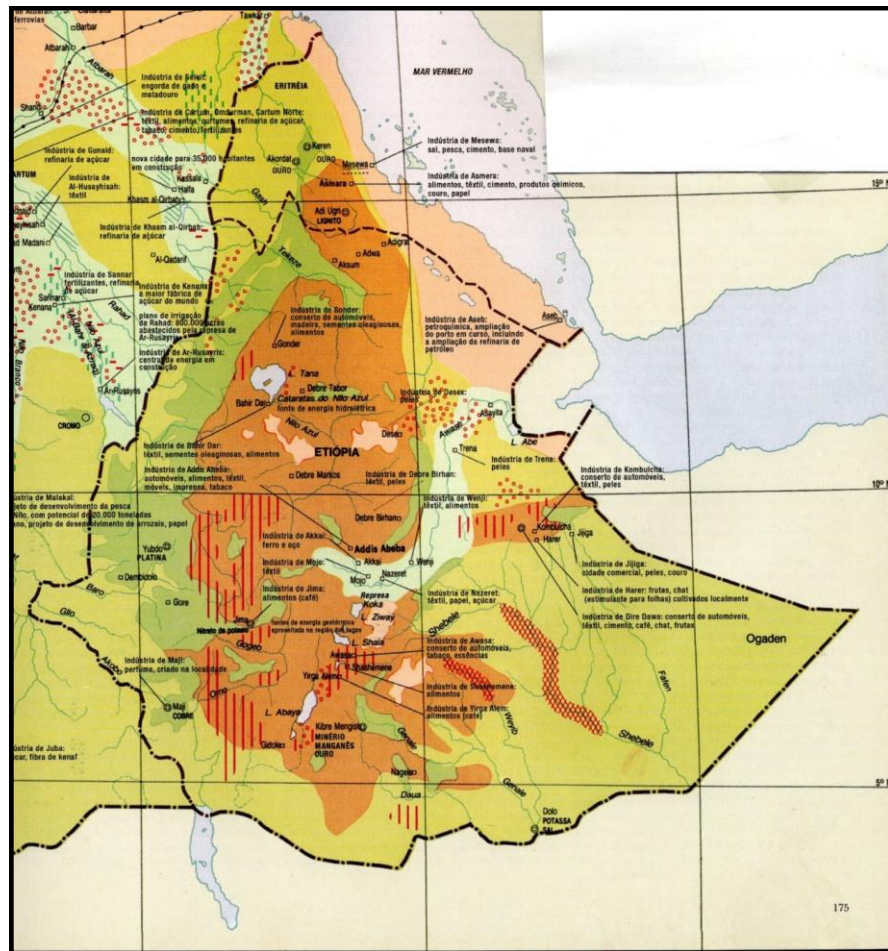
Uma disputa com o Iêmen sobre as Ilhas Hamish, em 1996, resultou em uma breve guerra. Como parte de um acordo de cessar as hostilidades, as duas nações concordaram em submeter a questão à Corte Permanente de Arbitragem de Haia. Na conclusão do processo, ambas as nações concordaram com a decisão. Desde 1996, os dois governos mantiveram-se desconfiados um do outro, mas, as relações estão sendo, relativamente, normais.

A fronteira não delineada com a Etiópia é a questão externa principal da Eritreia. Isto levou a uma longa e sangrenta guerra fronteiriça, que decorreu de 1998 a 2000. Como resultado, a Missão das Nações Unidas na Etiópia e na Eritreia (MNAEE) ocupa uma área de 25km x 900km na fronteira para ajudar a estabilizar a região. Desentendimentos após a guerra resultaram em um impasse pontuado por períodos de tensão elevada e novas ameaças de guerra. Em abril de 2002, a Etiópia e a Eritreia assinaram o Acordo de Argel, no qual eles concordaram em haver uma fronteira comum, elaborada por uma Comissão Independente, em Haia, sob os auspícios da Organização das Nações Unidas.

O que ainda faz com que haja um impasse entre a Eritreia e a Etiópia é o fracasso do segundo em respeitar a decisão de delimitação de fronteiras e renegar o seu compromisso de demarcação. O impasse levou o Presidente da Eritreia a pedir urgência à ONU e tomar medidas sobre a Etiópia. Este pedido é descrito nas Onze Cartas enviadas ao Presidente do Conselho de Segurança das Nações Unidas. A situação é, ainda, piorada pelo esforço contínuo dos líderes da Eritreia e da Etiópia de apoiar a oposição de seu país rival.

A União Africana (UA) exigiu a aplicação de sanções sobre a Eritreia, acusando o país de apoiar os insurgentes na Somália.

MAPA 1 – ETIÓPIA E ERITREIA



Fonte: MURRAY, 2007, p. 175.

A República Democrática Federal da Etiópia

A Etiópia é um país encravado no Chifre da África, sendo um dos mais antigos do mundo. É a segunda nação mais populosa da África e a décima maior em área. Faz fronteira com o Sudão e com o Sudão do Sul a Oeste, com o Djibuti e a Eritreia ao Norte, com a Somália a Leste e o Quênia ao Sul. Sua capital é a cidade de Adis Abeba.

Mais da metade do território etíope é ocupado pelo maciço da Etiópia, cujas montanhas de altitude média superior a 2.000 metros são cruzadas pelo grande Vale do Rift. A Nordeste, o maciço dá lugar à depressão de Denakil; a Oeste e ao Sul, desce suavemente, em direção aos desertos dos vizinhos Sudão e Quênia, respectivamente. O Norte do país é uma região de florestas, rios e vales profundos. Ali se situa o lago Tana, o maior do território, onde nasce o Nilo Azul.

O Setor Primário responde por mais da metade da pouco desenvolvida economia etíope. O principal produto do país é o café, mas também, são cultivados cana de açúcar, tef (um cereal local), tabaco, milho, trigo, algodão, milho-sorgo, sisal e batata. A pecuária

abrange a criação de bovinos, ovinos, caprinos, equinos, camelos e aves. As florestas fornecem lenha e carvão vegetal. Há jazidas de ferro, cobre, zinco, ouro, platina, chumbo, potássio, petróleo e gás natural. A indústria compreende o refino de petróleo e açúcar e a fabricação de cimento, metais, tecidos, cigarro e cerveja. Quase toda a eletricidade é gerada em hidrelétricas.

Aspectos Históricos Recentes. Haile Selassie chegou ao poder, na Etiópia, em 1916, após Josué V ser deposto, quando foi nomeado *Hase* Regente pela Rainha Zewditu, viúva de Menelique II, de fraca saúde. Após a morte da Rainha, Haile foi coroado Imperador, em 02 de novembro de 1930. Tendo nascido de pais das três principais etnias etíopes (Oromo, Amhara e Gurage) e, após ter desempenhado um papel preponderante na formação da Organização da Unidade Africana, Haile Selassie ficou conhecido como uma figura unitária tanto da Etiópia, como do continente africano.

A independência da Etiópia foi interrompida pela Segunda Guerra Ítalo-Etíope e a ocupação italiana (1936-1941). Durante a guerra, Haile Selassie apelou à Liga das Nações, em 1935, fazendo um discurso que fez dele uma figura mundialmente conhecida, sendo nomeado pela Revista Time como o Homem do Ano em 1935.

Após a entrada da Itália na Segunda Guerra Mundial, o Império Britânico, junto a forças etíopes patriotas, forçou a libertação da Etiópia, no curso da Campanha da África Oriental de 1941, seguida pela soberania em 31 de janeiro de 1941 e, o reconhecimento britânico da soberania completa (isto é, sem privilégios especiais britânicos) com a assinatura do Acordo Anglo-Etíope, em dezembro de 1944.

Durante 1942 e 1943, houve uma guerra da Guerrilha Italiana na Etiópia. Em agosto de 1942, Haile Selassie emitiu uma proclamação proibindo a escravidão.

Em 1952, Haile Selassie orquestrou uma Federação com a Eritreia, a qual viria a ser dissolvida em 1962. Esta anexação desencadeou a Guerra de Independência da Eritreia. Embora Haile Selassie tenha sido visto como herói nacional, muitas vezes se voltaram contra ele, em vista da crise mundial do petróleo de 1973, escassez de alimentos, incerteza a respeito da sucessão, guerras fronteiriças e, um descontentamento na classe média, criada pela modernização do país.

O reinado de Selassie chegou ao fim em 1974, quando uma junta militar marxista-leninista, a chamada Dergue, liderada por Mengistu Haile Mariam, o depôs e estabeleceu um Estado unipartidário.

O Partido Revolucionário do Povo Etíope entrou em confronto com o Dergue, durante o Terror Vermelho.

Após o desaparecimento do Estado Imperial, o regime desmantelou a estrutura feudal socioeconômica, através de uma série de reformas que, também, afetou o

desenvolvimento educacional. No início de 1975, o regime distribuiu diárias rurais a cerca de 60 mil alunos e professores nos esforços da “Campanha de Desenvolvimento”.

A Campanha visou a promover a reforma agrária e melhorar a produção agrícola, saúde e a administração local. O número de matrículas escolares aumentou de cerca de 957.300, em 1974, para cerca de 2,450 milhões, em 1986. Houve variações entre as regiões no número de alunos matriculados, mas enquanto a matrícula dos meninos mais do que duplicou, das meninas mais do que triplicou. A taxa de alfabetização, menor que 10% durante o regime imperial, aumentou para cerca de 35%, em 1981.

O regime que se seguiu sofreu várias tentativas de golpe e rebeliões, períodos de seca em grande escala, e um problema de refugiados imenso. Em 1977, houve a Guerra de Ogaden, quando a Somália capturou a região de Ogaden inteira, porém, a Etiópia só foi capaz de recapturar Ogaden, isso graças a um afluxo maciço de equipamentos militares soviéticos e a presença militar de Cuba, da Alemanha Oriental e do Lêmen do Sul, no ano seguinte.

Centenas de milhares de pessoas foram mortas como resultado do *Terror Vermelho*, de deportações forçadas ou da utilização da fome como uma arma contra o governo de Mengistu. O *Terror Vermelho* foi uma resposta ao que o governo chamou de “Terror Branco” – uma cadeia de eventos violentos e mortes supostamente causadas pela oposição. Em 2006, após um longo julgamento, Mengistu foi considerado culpado por genocídio.

No início da década de 1980, uma série de períodos de fome atingiu a Etiópia, afetando cerca de 8 milhões de pessoas e, levando 1 milhão à morte. Insurreições contra o governo surgiram, em particular, nas regiões do Norte de Tigré e na Eritreia.

Em 1989, a Frente de Libertação dos Povos Tigrínios (FLPT) fundiu-se com outros movimentos de oposição para formar a Frente Democrática Revolucionária dos Povos Etíopes (FDRPE). Paralelamente, a União Soviética, sob as políticas de *Glasnost* e *Perestroika*, de Mikhail Gorbachev, começou a retirar-se do bloco socialista, marcando uma drástica redução na ajuda enviada por países do bloco socialista à Etiópia. Isto resultou em dificuldades econômicas ainda mais intensas e, no colapso do militarismo, em face das investidas das forças das Guerrilhas do Norte.

O colapso da União Soviética e dos países socialistas no Leste Europeu, durante as Revoluções de 1989, coincidiram com a paralisação da ajuda soviética à Etiópia, em 1990. A visão estratégica de Mengistu, rapidamente, se deteriorou.

Em maio de 1991, as Forças da FDRPE avançaram sobre Adis Abeba e, Mengistu exilou-se no Zimbábwe. Foi instituído um governo de transição na Etiópia, composto de um Conselho de Representantes de 87 membros e guiado por uma Constituição de transição.

Em junho de 1982, a Frente de Libertação de Oromo retirou-se do governo. Em março de 1993, membros da Coalizão Democrática de Povos do Sul da Etiópia, também, se retiraram. Em 1994, uma nova Constituição foi escrita, formando-se uma Legislatura Bicameral e um Sistema Judiciário. A primeira eleição multipartidária teve lugar em maio de 1995, quando Meles Zenawi foi eleito Primeiro-Ministro e Negasso Gidada, eleito Presidente, embora tenha havido suspeitas de fraude nas eleições. Essa suspeita foi apoiada pela avaliação muito baixa de Zenawi, na Etiópia.

Em 1993, um referendo foi feito na Eritreia e em comunidades eritreias na diáspora, supervisionado pela Missão das Nações Unidas chamada UNOVER, com sufrágio universal, para saber se os eritreus queriam a independência ou a união com a Etiópia. Quase 99% da população eritreia votou pela independência, que foi declarada em 24 de maio de 1993.

Em 1994, uma Constituição foi adotada, o que levou às primeiras eleições pluripartidárias da Etiópia, no ano seguinte. Em maio de 1998, uma disputa fronteiriça com a Eritreia levou-os a uma guerra que durou até junho de 2000. Este conflito prejudicou a economia da nação, porém, fortaleceu a coalizão governista.

Em 15 de maio de 2005, a Etiópia realizou outra eleição pluripartidária, altamente disputada, com um dos grupos de oposição alegando fraude. Embora o Carter Center tenha aprovado as condições de pré-eleição, foi expressa sua insatisfação com as questões pós-eleitorais.

Observadores continuaram a acusar o partido do governo de manipulação de votos. A comunidade internacional dividiu-se sobre o assunto, com oficiais irlandeses acusando os observadores da eleição de vazamentos imprecisos da monitoração das eleições.

Em geral, os partidos de oposição ganharam mais de duzentos acentos parlamentares, comparado a apenas doze nas eleições de 2000. Apesar de muitos representantes da oposição entrarem no parlamento, alguns líderes do partido CUD foram indevidamente presos, após a violência pós-eleitoral. A Anistia Internacional considerou-os “prisioneiros de consciência” e eles foram, posteriormente, soltos.

A Guerra entre a Etiópia e a Eritreia

O conflito entre a Eritreia e a Etiópia remonta a décadas. Depois que as potências europeias deixaram a Eritreia ocupada, em 1951, a Etiópia, sem litoral, reivindicou a terra de seu vizinho costeiro, resultando em uma guerra civil que começou em 1961 e durou três décadas.

Em 1991, as forças da Eritreia ajudaram a derrubar o governo liderado pelos comunistas na Etiópia e, dois anos depois, os eritreus votaram pela independência.

Entretanto, as duas nações não chegaram a um acordo para a fronteira e, em 1998, incidentes de pequena escala, na cidade de Badime, se transformaram em um verdadeiro conflito. Estima-se que quase 100 mil pessoas morreram e, depois que terminou, as tropas etíopes tinham o controle de Badime e de outras áreas disputadas.

Como parte de um Acordo de Paz, mediado em Argel, em 2000, uma Comissão citou documentos da era colonial para determinar que as terras ao redor de Badime faziam parte da Eritreia. Mas, a Etiópia não concordou com a fronteira arbitrada e os dois lados permaneceram em impasse.

O relacionamento dos dois países era chamado de “sem guerra, sem paz”, o que significava que os laços diplomáticos, comerciais e de transporte estavam cortados e, os países continuavam em pé de guerra, entrando em confronto repetidamente e apoiando grupos rebeldes rivais.

Finalmente, os dois países da África Oriental assinaram, no dia 09 de julho de 2018, uma Declaração Conjunta de Paz e de Amizade, colocando formalmente fim a 20 anos de impasse militar. Em maio do mesmo ano, o Governo etíope já havia surpreendido ao anunciar a implementação do Acordo de Argel, de 2000. A isso se seguiu uma Cúpula realizada no dia 09 de julho de 2018, entre o Presidente eritreu Izaias Afwerki e o Primeiro-Ministro etíope, Abiy Ahamed, onde a Declaração de Paz foi assinada.

Apesar da história recente de conflito, os dois países também compartilhavam experiências anteriores como aliados. A Frente de Libertação do Povo Eritreu, antecessora da atual Frente Popular pela Democracia e Justiça, no poder na Eritreia e, a Frente Democrática Revolucionária do Povo Etíope (FDRPE), parte da coalizão que governa o país vizinho, lutaram juntas contra o governo etíope, durante a Guerra de Independência da Eritreia e a Guerra Civil da Etiópia, nos anos de 1980 e 1990, respectivamente.

A FDRPE derrubou o governo Derg, de Mengistu Haile Mariam, em 1991, com a ajuda da FLPE e, em 1993, a Eritreia conquistou a independência, terminando 30 anos de luta pela sua libertação.

Em 05 de junho de 2018, Abiy Ahamed se comprometeu a aceitar o Acordo de Paz com a Eritreia e retirar as tropas etíopes do território ocupado. Dentro de semanas, Izaias Afwerki respondeu dizendo que ambas as nações ansiavam pela paz.

Apenas um mês após o anúncio de Abiy Ahamed, em 08 de julho, o líder etíope aterrissou no aeroporto de Asmara, capital da Eritreia, onde foi recebido por Izaias Afwerki. Os líderes se abraçaram e, mais tarde, anunciaram que reabririam as embaixadas, permitiriam comunicações diretas e restaurariam as ligações de transporte.

Apesar dos sinais de boa vontade, críticos disseram que nada mudou, de fato, entre as duas nações. Entre as comunidades dos que deixaram a Eritreia, muitos expressaram

desaprovação ao prêmio Nobel da Paz² por se concentrar no Acordo com a Eritreia, quando tão pouco havia mudado na prática.

As passagens na fronteira entre a Etiópia e a Eritreia foram abertas em 2018, mas, a Eritreia logo fechou a fronteira novamente. Analistas suspeitam que a Eritreia, que tem controle praticamente completo sobre seus cidadãos, está protelando, devido a temores de reformas mais amplas.

O líder eritreu, um ex-comandante, lidera o país desde 1993 e seu governo não deixou espaço para a oposição. Em 2015, a ONU divulgou os resultados de uma investigação sobre direitos humanos no país, constatando violações sistemáticas, generalizadas e graves dos direitos humanos, incluindo, assassinatos extrajudiciais, tortura e trabalho forçado.

Considerações Finais

Além dos problemas internos da Eritreia, que se traduziram na decisão de novamente fechar as fronteiras com a Etiópia, também há problemas políticos internos à Etiópia. Manifestantes no Leste da Etiópia, recentemente, queimaram cópias do mais novo livro do Primeiro-Ministro do país e vencedor do Prêmio Nobel da Paz, Abiy Ahamed, em uma demonstração de solidariedade a um líder opositor, Jawar Mohammed³.

Mohammed falou que o Governo estava retirando o esquema de segurança de sua residência, na capital, Adis Abeba, o que autoridades etíopes negaram. Após a declaração do líder opositor, protestos eclodiram ao redor de sua residência e em diferentes partes do país. Apesar de elogiado por suas reformas, Ahammed vem se esforçando para conter as crescentes rivalidades étnicas no país.

Na capital, apoiadores se ofereceram para atuar como seguranças de Mohammed e, manifestantes foram ouvidos gritando: “abaixo Abiy”. A queima de livros ocorreu na cidade de Dadar. Durante essas manifestações, a OMN ganhou muito prestígio entre pessoas da comunidade de Oromo, o maior grupo étnico da Etiópia, que sente-se marginalizada política e economicamente.

Entre as medidas implementadas no país em 2018, estavam a libertação de milhares de presos políticos, o fim do Estado de emergência e a redução do número de partidos políticos. O Primeiro-Ministro também permitiu maior liberdade de imprensa diante da crítica internacional, sobretudo de grupos de Direitos Humanos, por sua repressão a jornalistas.

² O líder etíope é o terceiro chefe de governo da África a ganhar o prêmio Nobel da Paz, ainda durante o mandato, depois de Ellen Johnson – Sirleaf, da Libéria e F. W. de Klerk, da África do Sul, que venceu, em conjunto com Nelson Mandela, em 1993, quando a África do Sul saiu do regime do Apartheid.

³ Cópias do livro de Abiy publicado foram distribuídas por todo o país. A obra se concentra na filosofia política do Primeiro-Ministro e em sua visão para a Etiópia.

Além disso, antes de Ahammed ascender ao poder, o governo mantinha um controle ferrenho sobre as tensões entre as numerosas comunidades étnicas da Etiópia. Muitas dessas tensões se tornavam estopins de conflitos abertos. O Primeiro-Ministro que é da etnia Oromo, foi acusado de ignorar os interesses de alguns grupos étnicos.

Apesar de voltar do exílio, Mohammed criticou Abiy, o que teria irritado o político. Os donos da mídia que não possuem passaporte etíope estariam fomentando a revolta, disse o Primeiro-Ministro, segundo a Agência de Notícias Reuters.

Curiosamente, Abiy havia recebido o Prêmio Nobel da Paz de 2019 não apenas por resolver o conflito de fronteira com a Eritreia, mas por promover a reconciliação em seu próprio país.

Pelo que foi observado, há muitas questões a serem devidamente equacionadas pelo Primeiro-Ministro da Etiópia, sobretudo, as concernentes à sociedade etíope. De igual forma, na realidade, o problema fronteiriço não foi totalmente equacionado. Isso significa, portanto, que apesar do Acordo de Paz assinado entre os líderes da Etiópia e da Eritreia, a verdadeira paz ainda não foi alcançada, tendo em vista os incidentes étnicos acima ressaltados.

Referências

ANTHON, C. **A Classical Dictionary**. New York: Harper & Brothers Publishers, 1891.

Atlas National Geographic: África I (Vol. 9). São Paulo: Editora Abril, 2008.

Atlas National Geographic: África II (Vol.10). São Paulo: Editora Abril, 2008.

BESHAH, G.; AREGAY, M. W. **The Question of the Union of the Churches in Luso-Ethiopian Relations (1500–1632)**. Lisbon: Junta de Investigações do Ultramar and Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, 1964.

CLAPHAM, C. Siegbert von Uhlig, ed. Ḥaylā Šəllase. **Encyclopaedia Aethiopica: D-Ha**. Wiesbaden: Harrassowitz Verlag, 2005.

KEEFER, E. C. **Great Britain and Ethiopia 1897-1910: Competition for Empire**. 6. [S.l.]: International Journal of African Studies, 1973.

MAZZUOLI, V. O. **Curso de Direito Internacional Público**. 3ª ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2008.

MORTIMER, I. **The Fears of Henry IV**. [S.l.: s.n.], 2007.

MUNRO-HAY, S. **Aksum: An African Civilization of Late Antiquity**. Edinburgh: University Press, 1991.

MURRAY, J. **África - O Despertar de um Continente**. Col. Grandes Civilizações do Passado. Barcelona: Ediciones Folio S.A., 2007.

PANKHURST, R. **The Ethiopian Royal Chronicles**. London: Oxford University Press, 1967.

Revista de Geopolítica, v. 11, nº 2, p. 56-71, abr./jun. de 2020.

TAMRAT, T. **Church and State in Ethiopia: 1270–1527**. Oxford: Oxford University Press, 1972.

VAN DONZEL, E. von Uhlig, Siegbert, ed. Fasilä däs. **Encyclopaedia Aethiopica: D-Ha**. Wiesbaden: Harrassowitz Verlag, 2005.

Sites Consultados

Eritreia (2019). Conteúdo Aberto. In: **Wikipédia**: a enciclopédia livre. Disponível em:<<https://pt.wikipedia.org/wiki/Eritreia>>. Acesso em: 21 out. 2019

Etiópiã (2019). Conteúdo Aberto. In: **Wikipédia**: a enciclopédia livre. Disponível em:<<https://pt.wikipedia.org/wiki/Eti%C3%B3pia>>. Acesso em: 21 out. 2019.

KUMAR, V. A. Tratado de paz acaba com quase 20 anos de conflito entre Eritreia e Etiópiã. **Brasil de Fato**. Edição The Dawn News. Tradução: Aline Scátola. Rio de Janeiro, jul. 2018. Disponível em:<<https://www.brasildefato.com.br/2018/07/17/tratado-de-paz-acaba-com-quase-20-anos-de-conflito-entre-eritreia-e-etiofia/>>. Acesso em: 18 out. 2019.

Multidão na Etiópiã queima livros de vencedor do Nobel da Paz em protesto. BBC News Brasil. **Folha de S. Paulo**. São Paulo, 24 out. 2019. Disponível em:<<https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2019/10/multidao-na-etiofia-queima-livros-de-vencedor-de-vencedor-do-nobel-da-paz-em-protesto.shtml>>. Acesso em: 25 out. 2019.

OLIVEIRA, A. J. O que foi o conflito que rendeu ao Primeiro-Ministro da Etiópiã o Nobel da Paz. **Super Interessante**. São Paulo, out. 2019. Disponível em: <<https://super.abril.com.br/ciencia/o-que-foi-o-conflito-que-rendeu-ao-primeiro-ministro-da-etiofia-o-nobel-da-paz/>>. Acesso em: 17 out. 2019.

Recebido em 25/11/2019.

Publicado em 01/01/2020.